

ESPAÇOS DE TRANSIÇÃO: o elo conector entre o edifício e a cidade

Vanessa Guerini Scopel

Universidade Ritter Dos Reis / Universidade Presbiteriana Mackenzie
va_scopel@yahoo.com.br

RESUMO

O artigo em questão é uma reflexão acerca dos espaços de transição presentes nas cidades. Estes espaços podem ser entendidos como locais intermediários que fazem a conexão entre a arquitetura e a cidade, podendo ser semipúblicos ou semiprivados, apresentando diversas tipologias e outras nomenclaturas. Tendo como base uma pesquisa bibliográfica e iconográfica, pretende-se evidenciar o conceito e as definições sobre os espaços de transição, bem como ressaltar sua importância para a melhora da relação entre o edifício e a rua, além de apresentar estudos de caso que exemplifiquem de forma clara as tipologias destes locais de transição. O objetivo deste estudo é refletir sobre a importância destes elos entre a arquitetura e a cidade, ressaltando sua significância para, a partir da proposição e incentivo de arquiteturas menos individualistas, a qualificação dos centros urbanos.

Palavras-chave: espaços de transição; arquitetura; cidade.

ABSTRACT

The article in question is a reflection about the transition spaces present in cities. These spaces can be understood as intermediate locations that make the connection between architecture and city, can be semi-public or semiprivate, with various types and other nomenclatures. Based on a bibliographic and iconographic research, it intends to demonstrate the concept and definitions of the transitional spaces, and to underscore its importance for the improvement of the relationship between the building and the street, and presents case studies that illustrate the clearly the types of these transition areas. The aim of this study is to reflect on the importance of links between architecture and the city, highlighting its significance for, from the proposition and incentive less individualistic architectures, the qualification of urban centers.

Keywords: transitional spaces; architecture; city.

1 INTRODUÇÃO

Em meio à crescente globalização, a rapidez das mudanças e as transformações no modo de viver e morar é que se percebe que a vida urbana está se tornando cada vez mais corrida e menos vivida em sua essência. A rotina agitada das cidades e a falta de segurança e infraestrutura pública contribuem para o caos urbano que estamos vivenciando. Diante desta realidade de poluição, violência e marginalidade, se multiplicam espaços internos de convivência e condomínios fechados, que acabam por segregar cada vez mais a cidade do século XXI.

Vive-se em cidades cada vez mais insalubres e inseguras. A tendência de prédios murados, casas cercadas e quadras fechadas acaba por contribuir para esta preocupante realidade. A crescente violência é um dos fatores pelos quais as pessoas estão preferindo se enclausurar em suas residências e evitar o contato com a rua. Edificações onde o limite com a rua (a fachada) não é permeável ou não permite qualquer conexão do interior com o exterior, acaba por tornar a calçada muito mais insegura.

O que se nota é que, além de esta arquitetura muito mais voltada pra si e menos para a cidade se isolar e isolar seus usuários cada vez mais da vida urbana, desconectando-se do tecido, as pessoas que vivem nestes edifícios sentem falta desta ligação e de poder viver e aproveitar as cidades e seus espaços abertos. Diante destas arquiteturas segregacionistas, a rua passa a ter apenas a função de circulação de carros e as calçadas são vistas como espaços para mendigos e moradores de rua, quando na verdade, estes locais de caráter público, deveriam ser usados por todos, promovendo o encontro e a convivência e a partir deste uso, tornar a cidade mais segura e viva.

Tanto as grandes metrópoles quanto as cidades mais compactas necessitam de espaços públicos externos que possam articular as edificações ao meio urbano, possibilitando à população a vivência da urbanidade e a participação do funcionamento da cidade, ao invés de simplesmente obrigá-los a conviver em espaços enclausurados. Além disso, as pessoas passam a maior parte de seus dias em espaços internos, trabalhando, estudando ou em seus domicílios. Diante desse pressuposto, lugares ao ar livre, como pequenas praças, calçadas e ruas possibilitam o contato com a natureza e com as outras pessoas, e se tornam uma oportunidade de vivência diferente da rotina da nova vida urbana.

Este trabalho tem a intenção de contribuir para as pesquisas relacionadas à criação de espaços abertos de caráter transitório que suavizam a passagem do espaço privado (o edifício) para o espaço público (a calçada, a rua). O objeto do estudo se traduz na identificação dos espaços intermediários entre a arquitetura e a cidade, muitas vezes tratados por espaços de transição, ou seja, “o local onde a cidade encontra as edificações”. (GEHL, 2013:75). Estes elementos intermediários, que fazem esta passagem entre o interior e exterior e conectam o privado e o público, podem ser desde as fachadas ativas dos espaços comerciais cujo edifício se conforma alinhado aos limites do lote, a implantação do edifício na gleba, os recuos frontais e laterais que promovem espaços abertos semipúblicos ou semiprivados e assim permitem a apropriação pelos usuários, até as formas de acessar o edifício.

A preocupação de resolver de uma maneira melhor e mais eficaz a transição da parte interna do edifício para a rua e também de criar fachadas ativas e espaços abertos conectores, que parte do âmbito da arquitetura, e não somente e sempre do urbanismo, é de extrema importância para a criação de uma cidade mais igual e saudável. Este pesquisa parte do princípio de que espaços intermediários entre a arquitetura e a cidade são importantes elos conectores que se tornam lugares privilegiados de convívio.

2 O CONCEITO DE ESPAÇO PÚBLICO E PRIVADO

A definição de espaço é muito abrangente, complexa e envolve diversas áreas de estudo, como a geografia, psicologia, história, física, etc. Sendo assim, pretende-se interpretar o seu sentido no âmbito da arquitetura e urbanismo, tratando como “espaço”, neste artigo, o local de passagem e/ou permanência das pessoas, situado entre a arquitetura e a cidade.

Santos (2006:21) ressalta que o “espaço” é um “conjunto indissociável de sistema de objetos e ações”, e que para compreendê-lo é preciso considerar a sua materialidade, não o tratando apenas como configuração territorial. O arquiteto Bruno Zevi (1996:25) trata o espaço como um vazio dentro de um local fechado, ele diz que “a arquitetura não provém de um conjunto de larguras, comprimentos e alturas dos elementos construtivos que encerram o espaço, mas precisamente do vazio, do espaço encerrado, do espaço interior em que os homens vivem e andam”. Diante desta afirmação ele complementa ainda que a

Experiência espacial própria da arquitetura prolonga-se na cidade, nas ruas e praças, nos becos e parques, nos estádios e jardins, onde quer que a obra do homem haja limitado “vazios”, isto é, tenha criado espaços fechados. [...] É certo que todo o espaço urbanístico, tudo o que é visualmente limitado por cortinas,

quer sejam muros, fileiras de árvores ou cenários, é caracterizado pelos mesmos elementos que distinguem o espaço arquitetônico. (ZEVI, 1996:25)

Os espaços têm diferentes características, de maneira que, segundo Hertzberger (1999:13) podem ser “compreendidos em termos relativos como uma série de qualidades espaciais que, diferindo gradualmente, referem-se ao acesso, a responsabilidade, à relação entre a propriedade privada e a supervisão de unidades habitacionais específicas”. Em virtude disso, no âmbito da arquitetura e urbanismo e da abrangência deste artigo, os espaços podem ser considerados como públicos, semipúblicos, privados e também semiprivados. Diante destes termos, faz-se uma breve diferenciação a partir de definições de alguns autores, a fim de expor suas considerações sobre as características desses conceitos.

Quando se faz referência aos termos público e privado, ante a questão do acesso, isto diz respeito ao direito de propriedade. Sabe-se que locais públicos podem ser acessados a qualquer momento, por qualquer cidadão. O contrário acontece com os ambientes privados, os quais pertencem somente a determinadas pessoas. Campos (1995) interpreta o espaço público como sendo todo o espaço intermediário entre os edifícios nas áreas urbanas. Para o arquiteto Herman Hertzberger (1999:12) o espaço público pode ser compreendido em termos espaciais como sendo um espaço coletivo, já os locais privados se configuram como sendo individuais. Diante desta exposição ele complementa que

(...) pública é uma área acessível a todos a qualquer momento; a responsabilidade por sua manutenção é assumida coletivamente. Privada é uma área cujo acesso é determinado por um pequeno grupo ou por uma pessoa, que tem a responsabilidade de mantê-la. (HERTZBERGER, 1999:12)

Madanipour (1996:144), professor da Universidade de New Castle, diz que um espaço público é um local não controlado por indivíduos ou organizações privadas, é um espaço aberto para o público em geral. O autor Heitor Frúgoli Jr. (1995) complementa que o espaço público é o lugar das relações sociais estabelecidas na vida urbana. Gomes (2002) relaciona estes espaços com a ideia de liberdade e de igualdade, afirmando que o principal atributo destes locais é que representam o status de lugar do discurso político. Sérgio Abrahão (2008) destaca que espaços públicos são

(...) imprescindíveis ao exercício da cidadania e a manifestação da vida pública, lugares onde deviam estar assegurados os direitos do cidadão ao uso da cidade, a acessibilidade, a memória, segurança, informação, conforto, circulação, além do acesso visual à arquitetura e à estrutura urbana. (ABRAHÃO, 2008:16)

Para o sociólogo Sennett (1974), um espaço público significa um local “aberto à observação de qualquer pessoa, enquanto ‘privado’ significa uma região protegida da vida, definida pela família e pelos amigos.” (SENNETT, 1974:30) Ele trata o espaço público como de uso coletivo, destacando que se configura em um espaço para todos. O que se vê atualmente é que, os espaços públicos, por permitirem o acesso a todos, usualmente são vistos como locais sem dono, quando na verdade, todos são responsáveis pela manutenção e cuidado destes lugares. Dentro do conceito de público há ainda outras diferenciações, existe o espaço público sem uma função específica, como jardins, parques e praças, e espaços públicos os quais devem ser seguidas regras e seus usos são controlados, como por exemplo, as bibliotecas públicas.

Há ainda os espaços caracterizados por serem semipúblicos e semiprivados, que podem ser tratados como locais de transição entre o público e o privado. Locais considerados semipúblicos são uma continuidade do espaço público, porém apresentam algumas restrições, normalmente não se destinam ao exercício da cidadania e estão ligados ao lazer e ao consumo, como por exemplo os shopping centers. Já os locais considerados semiprivados são espaços privados, porém um grupo maior de pessoas tem acesso a eles, e apesar de seu ingresso não ser livre, se torna viável por meio de autorizações ou convites.

No livro *Creating defensible spaces*, o autor Oscar Newman (1996) esboça algumas ilustrações que facilitam o entendimento e a diferença entre os espaços: público, semipúblico, privado e semiprivado. Considerando os limites de um lote de uma residência, pode-se perceber que o espaço privado, além de ser a residência e seu interior, é também, conforme a figura 1, o pátio dos fundos, cercado por um muro, o qual já se configura como um elemento semipúblico, pois limita o acesso ao lote em questão e faz divisa com os demais lotes ou no caso de esquinas, com a rua. O pátio frontal da casa, sem cerca, tem como característica ser semiprivado, pois ainda pertence à área do terreno, porém pode ser facilmente acessado pelas pessoas convidadas. O caráter totalmente público, nesta situação, se dá à calçada e a rua.

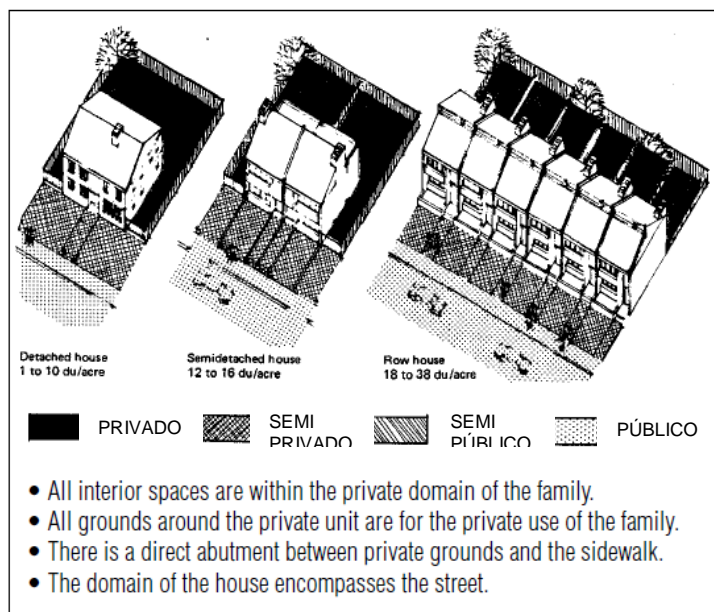


Figura 1 – Três tipos de residências unifamiliares e a natureza dos espaços em torno delas
Fonte: NEWMAN, 1996

Em edifícios residenciais multifamiliares, e até mesmo em edifícios corporativos, com várias unidades, pode-se perceber, conforme a figura 2, que os espaços totalmente privados são as unidades de habitação ou salas comerciais. Os locais semiprivados se configuram através dos halls, lobbys, corredores, além das áreas comuns externas cercadas e de uso apenas dos ocupantes do edifício e seus convidados. Conforme a figura 2, nota-se que a construção tem um recuo frontal o qual não tem cercamento, desta maneira este lugar se configura como semipúblico. Já a rua e a calçada continuam sendo totalmente públicas.

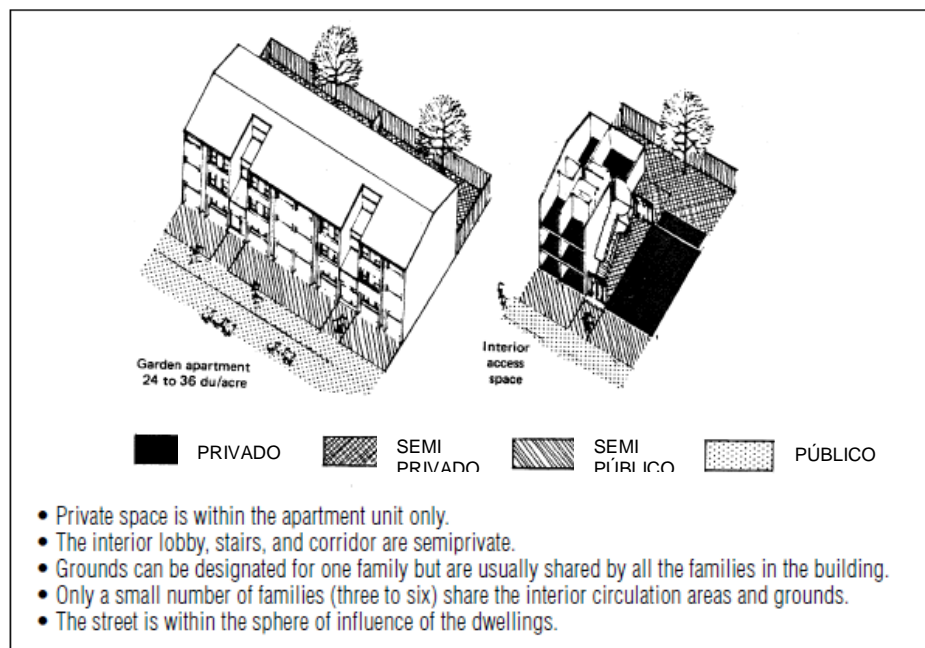


Figura 2 – Edifícios multifamiliares e a natureza dos espaços em torno delas
Fonte: NEWMAN, 1996

Simon Unwin (2013) exemplifica que “a viela é pública, o pátio de entrada é semipúblico, o pórtico é semiprivado e a sala de estar é privada. Tal sequência de lugares e transições cria uma hierarquia desde a esfera pública até a privacidade do interior.”(UNWIN, 2013:205) Chermayeff e Alexander (1965), no livro Community and privacy desenvolveram uma hierarquia de domínios relacionados à permeabilidade e acesso dos espaços, dividindo-os em seis nomenclaturas, conforme se pode visualizar no quadro 1, são elas:

Hierarquia de domínios	Características
Espaço privado individual	Relacionado com uma pessoa. Ex. espaço privativo de uma pessoa.
Espaço privado familiar ou de pequenos grupos	Relacionado com o grupo primário. Ex. a casa
Espaço privado de grandes grupos	Relacionado com um grupo secundário. Ex. residentes de um edifício de apartamento
Espaços públicos de grandes grupos	Relacionado com a interação de um grande grupo com o público. Ex. Passeio público semicontrolado ou uma área de caixas de correio de grupo
Espaços urbanos semipúblicos	Podem ser controlados por instituições com acesso público para determinados fins. Ex. Bancos, aeroportos, <i>shopping centers</i>
Espaços urbanos públicos	Caracterizam-se como propriedade pública e com inteiro acesso às pessoas. Ex. parques, ruas, praças

Quadro 1 – Hierarquia de domínio dos espaços

Fonte: CHERMAYEFF E ALEXANDER, 1965

Embora seja possível compreender as diferenças entre semipúblico e semiprivado, neste artigo, será usada a ideia de Herman Hertzberguer (1999), pois segundo ele, esses conceitos podem ser tratados apenas como espaços intermediários entre o público e o privado, podendo pertencer tanto a um quanto a outro, de maneira que “sejam igualmente acessíveis para ambos os lados, isto é, quando é inteiramente aceitável, para ambos os lados, que o ‘outro’ também possa usá-lo.” (HERTZBERGER, 1999:40)

3 ESPAÇOS DE TRANSIÇÃO

Para que se possa estudar as cidades, suas estruturas e a conexão com o lugar que se manifestam, conforme afirma Aldo Rossi (2001), é preciso estabelecer os limites dentro dos quais essa análise é definida. Em virtude desta consideração, os locais tratados e estudados neste artigo, se configuram sob a escala da rua, a qual compreende os edifícios e os espaços que os circundam.

Tendo em vista esta escala de definição, e a partir dela, Zevi (1996) evidencia que todos os edifícios colaboram para a criação de dois espaços, os internos, definidos pela obra arquitetônica, e os externos, encerrados nestas obras e em suas contingências. Portanto, para ele, é evidente que a arquitetura autêntica e as fachadas dos edifícios têm papel fundamental na formação dos espaços urbanísticos. “Mesmo aqui não tem importância o seu valor artístico particular, ou não tem grande importância. O que interessa é a sua função como determinantes de um espaço fechado.” (ZEVI, 1996:25) Ele ainda acrescenta que, assim como “quatro paredes bem decoradas não criam por si só um ambiente bonito, um grupo de magníficas casas pode limitar um péssimo espaço urbanístico.” (ZEVI, 1996:25)

Visto que a arquitetura não é determinada somente pelo ambiente interno que cria, mas também por seu exterior, neste trabalho estuda-se a esfera entre o interior e o exterior da edificação, entre o público e o privado. Para Amaral (2007), essa esfera é

(...) um dos principais aspectos que pode caracterizar o espaço urbano, principalmente porque nessa transição efetivamente se aproximam as duas instâncias, a cidade e o edifício. A cidade é desenhada e vivenciada exatamente nos espaços onde se encontram o público e o privado, e principalmente onde são estabelecidas as relações entre eles, onde a vida pública encontra a riqueza dos dois mundos. (AMARAL, 2007:12)

Estes elementos, tratados aqui, têm a característica de serem intermediários, pois se situam entre o edifício (a arquitetura) e a cidade (o urbano). Ou seja, se conformam no meio, entre um lado e o outro. Edifício e cidade compartilham um mesmo limite, uma linha imaginária que se divide e define que porção do território cabe a cada um. Essa fronteira pode significar tanto a separação como o encontro dos espaços de cada um de seus lados.

Para Van Der Werf et al. (2015) hoje há uma necessidade de conectar edificações com a rua através de uma fachada e um térreo vibrantes. Na opinião de Gehl (2013) a forma como esses elementos são desenhados e mantidos e, sobretudo, “a interface que a dimensão privada a eles oferece – janelas ‘olhos’, permeabilidade ao invés de muros, grades, barreiras – é determinante para a vivacidade do cenário citadino.” (GEHL, 2013:13) Pois para ele, uma boa arquitetura de encontros imediatos é vital para boas cidades. Clos (2015) acrescenta que desenhando prédios, construindo fachadas e espaços públicos, a

atenção deve ser centrada não apenas no próprio espaço, mas na interação entre forma, função e conectividade entre os prédios, a rua e os espaços públicos.

O termo “espaços de transição” adotado nesta pesquisa vem do livro *Cidades para pessoas* do autor Jan Gehl (2013). Este autor trata dos locais onde a arquitetura encontra a rua como “espaços de transição suave.” (GEHL, 2013:75) O espaço de transição ao longo dos andares térreos, para ele, é uma zona onde se localizam as portas de entrada e os pontos de troca entre interior e exterior. Sendo assim, Gehl (2013) defende que as transições proporcionam uma oportunidade para a vida, tanto dentro das edificações quanto logo em frente a elas, de interagir com o restante da cidade. “É a zona onde as atividades realizadas dentro das edificações podem ser levadas para fora, para o espaço comum da cidade.” (GEHL, 2013:75) Gehl (2013) destaca ainda que o tratamento dos espaços de transição da cidade, em especial, os andares mais baixos dos edifícios, têm influência decisiva na vida do espaço urbano.

Trata-se da zona onde se caminha quando se está na cidade; são as fachadas que se vê e se experimenta de perto, portanto mais intensamente. É o local onde se entra e sai dos edifícios, onde pode haver interação da vida dentro das edificações e da vida ao ar livre. É o local onde a cidade encontra as edificações. (GEHL, 2013:75)

Entretanto, vários outros autores discursam sobre esses espaços intermediários, tratando-os com diferentes nomenclaturas, e de diversas maneiras e escalas, definindo-os de múltiplas formas. O autor Herman Hertzberguer (1999), em seu livro *Lições de Arquitetura*, trata da transição do público para o privado como um “intervalo”, e destaca a soleira como um elemento intermediário que une esses espaços. Para o autor, a soleira é como uma chave para a conexão e transição entre as áreas com demarcações territoriais divergentes, é “o encontro e a reconciliação entre a rua, de um lado, e o domínio privado, de outro.” (HERTZBERGER, 1999:32) Ele acredita, que a soleira, ou no caso, este intervalo, constitui a condição espacial para o diálogo e o encontro entre as áreas de ordens diferentes. O autor ainda ressalta que o “intervalo” é um importante mecanismo para eliminar a rígida divisão entre as áreas de diferentes características. Portanto, a questão está em criar locais intermediários que, mesmo podendo pertencer tanto ao domínio público quanto ao privado, “sejam igualmente acessíveis para ambos os lados.” (HERMAN, 1999:40)

Anderson (1990) trata os elementos intermediários como “public-private boundary”, ou seja, a fronteira público-privada. Para ele, a redefinição dessa fronteira entre esses espaços tem grande potencial e significado, podendo produzir um ambiente melhor estruturado, servindo como transição entre o público e o privado, como ligação e delimitador de áreas. Ele complementa ainda que, nessa fronteira, o espaço privado que é publicamente usado pode acabar respondendo as necessidades públicas. Porém, mesmo assim, é importante distinguir os domínios a fim de evitar a ambiguidade entre o uso e a propriedade desses locais.

Alexander et al. (2013) trata destes espaços intermediários como bordas da edificação. Ele ressalta a importância de considerar esses locais para além de uma simples divisa, recomendando orientar a edificação para o exterior. Jordi Borja e Zaida Muxí (2003) se referem a esses locais também como de transição, expõem que se situam entre o público e o privado e se configuram como espaços residuais entre as construções.

Oscar Newman (1996) no documento intitulado *Creating defensible spaces*, trata destes espaços de transição muito além de sua função de encontro. Ele afirma que esses locais, tratados como espaços defensivos, pois permitem que os residentes controlem as áreas em torno de suas casas. Como o monitoramento desses locais depende do envolvimento dos moradores, a partir dessa ideia existe a oportunidade de as pessoas perceberem como as suas ações podem melhorar a vida urbana. A importância destes espaços intermediários entre a arquitetura e a rua é permitir que os residentes assumam o controle de seus bairros para reduzir a criminalidade, mantendo a integração entre os cidadãos.

Simon Unwin (2013), no seu livro *A análise da arquitetura*, trata destes elementos apenas como transições e diz que “até mesmo em exemplos um tanto banais, as transições fazem parte da experiência das obras de arquitetura.” (UNWIN, 2013:204) Para ele, a porta de uma casa é uma interface significativa entre a esfera pública e a privada. Ele ainda acrescenta que as transições têm sido utilizadas como ligação entre mundos diferentes “entre o público e o privado; entre o sagrado e o secular; entre o real e o faz de conta; entre o mundo dos vivos e dos mortos.” (UNWIN, 2013:207)

Bentley et al. (1999) afirma que os espaços, mesmo de caráter diferente, não podem funcionar independentemente, portanto são complementares entre si e as pessoas precisam atravessá-los através de uma zona de “inter-relação entre ambos.” (BENTLEY et al., 1999:12) Ele intitula essa área de passagem como zona híbrida e considera um dos “espaços mais visíveis e conhecidos na cidade, porém um dos mais esquecidos e subavaliados também.” (BENTLEY et al., 1999:144)

Na opinião de Van Der Ham e Ulden (2015) além dos aspectos físicos das zonas híbridas é possível verificar aspectos sociais também. Reivindicar ou apropriar uma zona híbrida traz uma sensação de pertencimento que impacta o ambiente social através da possibilidade de identificação. “A zona híbrida, quando apropriada, permite que as pessoas se avaliem, se relacionem e se identifiquem umas com as outras.” (VAN DER HAM; ULDEN, 2015:146)

Kevin Lynch (1980), em seu livro *A imagem da cidade*, apresenta alguns elementos que, quando trabalhados no projeto, podem conseguir determinar uma forma satisfatória para a cidade. Ele trata dos elementos intermediários como limites, destacando que são uma relevante característica organizadora, principalmente no que diz respeito a manter unidas áreas divergentes.

Os limites são os elementos lineares não usados nem considerados pelos habitantes como vias. São as fronteiras entre duas partes, interrupções lineares na continuidade, costas marítimas ou fluviais, cortes do caminho-de-ferro, paredes, locais de desenvolvimento. Funcionam, no fundo, mais como referências secundárias do que como alavancas coordenantes; tais limites podem ser barreiras mais ou menos penetráveis que mantêm uma região isolada das outras, podem ser “costuras”, linhas ao longo das quais regiões se relacionam encontram. Os limites são os elementos lineares não considerados como ruas: são normalmente, mas não sempre, as fronteiras entre duas áreas de espécies diferentes. Funcionam como referências laterais. (LYNCH, 1980:73)

Jean Clos (2015), no prólogo do livro *A cidade ao nível dos olhos – lições para os plinths*, apresenta a fachada dos edifícios como um elemento de transição, a qual neste livro, é apresentada pelo nome de “plinth”. Para ele, a qualidade das fachadas no andar térreo é um importante elemento para aprimorar a sustentabilidade ambiental, enriquecer a qualidade de vida e promover equidade e inclusão social. Segundo o autor, “instrumentos e regulamento para fortalecer a relação entre o andar térreo e a rua melhorarão a interação entre os espaços privados, semiprivados, semipúblicos e públicos.” (CLOS, 2014:9)

3.1 Tipologias dos espaços de transição

Os espaços de transição entre a arquitetura e a cidade podem ser de variados tipos, se conformando de diversas maneiras. Neste estudo, as principais tipologias de espaços de transição que se destacam vão desde as fachadas dos edifícios conformadas nos limites do lote (figura 4), fachadas com reentrâncias (figura 5), pavimentos térreos sob pilotis (figura 6) até a área de recuo das edificações nos lotes (figura 7).

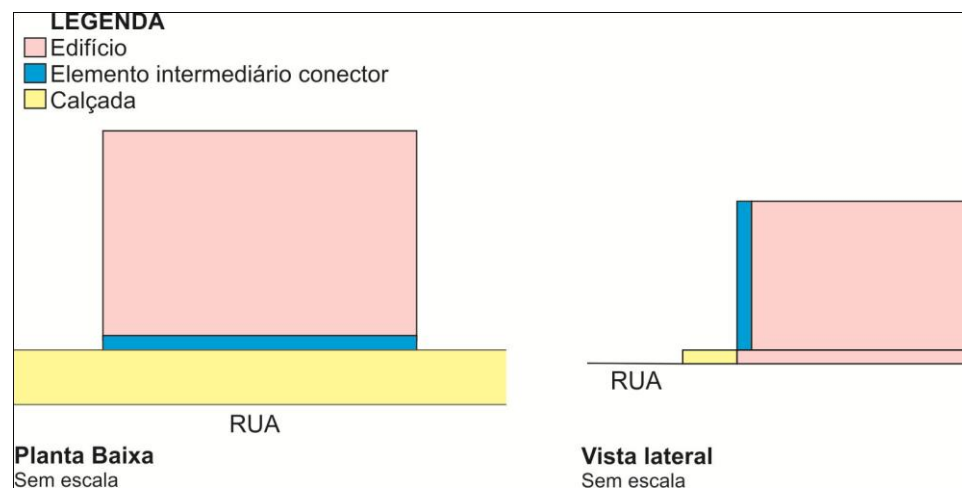
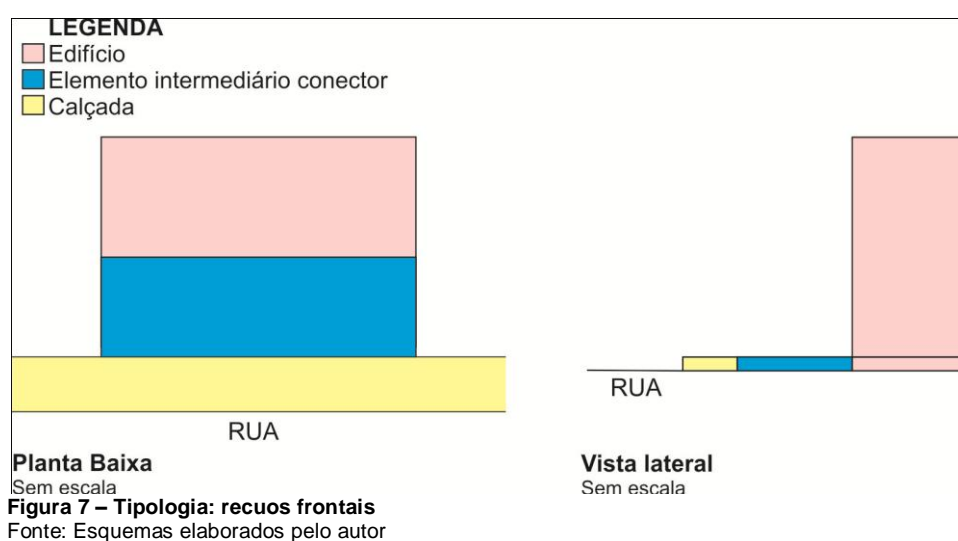
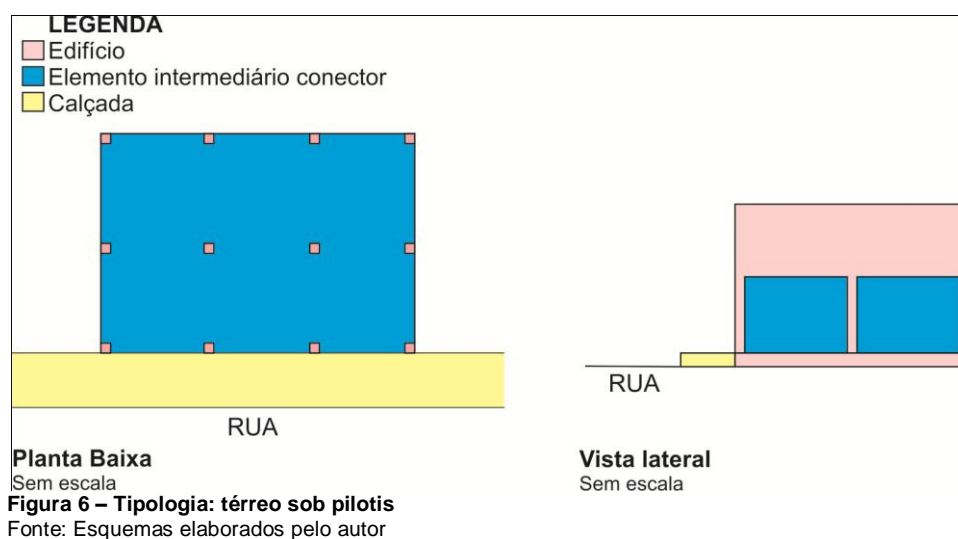
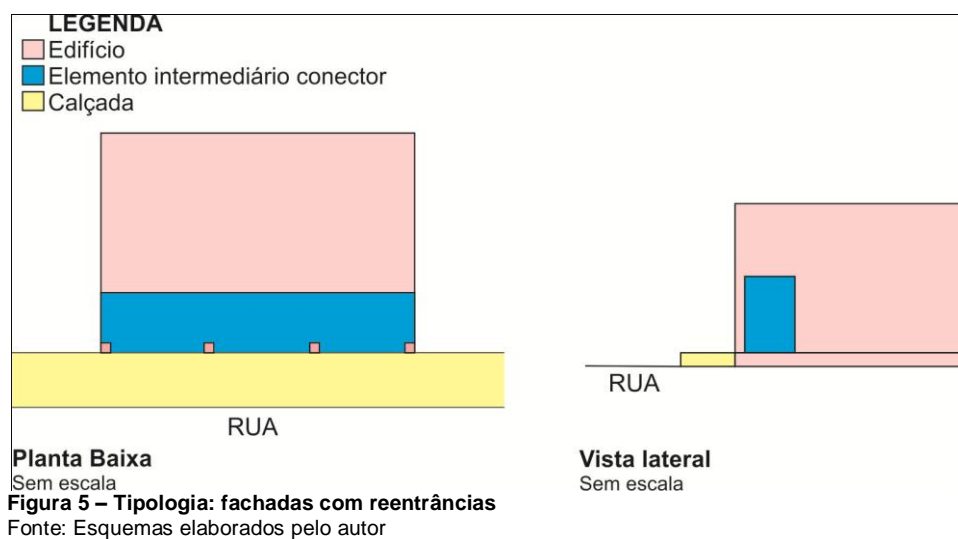


Figura 4 – Tipologia: fachadas alinhadas no limite do lote

Fonte: Esquemas elaborados pelo autor



Alguns autores exemplificam estes espaços para um melhor entendimento do que podem ser. Alexander (2013) expõe que os espaços de transição entre a propriedade pública e privada podem se dar sob a forma de jardins, passeios com vegetação, dentre outros. Holston (1993) diz que as fachadas das ruas têm a parede exterior como um elemento de domínio público, desta maneira a fachada pertence visualmente ao

espaço urbano. “O espaço da rua rouba as fachadas das paredes em volta para construir seus contornos. Essa condição paradoxal cria a impressão de que as fachadas dos prédios são paredes interiores de uma sala ao ar livre.” (HOLSTON, 1993:129)

Para Jordi Borja e Zaida Muxí (2003) esses elementos de transição estabelecem uma relação dinâmica entre a rua e o espaço edificado e possibilitam diferentes formas de passagem, como “explanadas, patios, manzana abierta, pasajes, terrazas, porches y otros. La trama urbana y el espacio público se condicionan mutuamente, y tienen que responder por tanto a concepciones compatibles.” (BORJA; MUXÍ, 2003:54)

Segundo Eduardo Yázigí (2000) a ocupação das calçadas das ruas, das reentrâncias dos prédios, dos térreos livres e dos recuos das edificações cria uma ambiência agradável a qual os moradores associam ao modo de vida tradicional. Para ele, quanto mais portas se abrem para as calçadas, mais se dá sua apropriação pelos ocupantes do edifício. Assim “os domínios do público e do privado se recombinaem com novos significados. Onde há feira, o bar vira uma extensão da rua; nos dias normais, a calçada e a rua é que funcionam como extensão do bar e do que se passa nele.” (YÁZIGI, 2000:325)

3.2 Importância dos espaços de transição para os centros urbanos

Os espaços de transição, de variadas tipologias e tratados por diversos autores com nomenclaturas diferentes, têm a mesma função e detêm a mesma importância, enriquecer a cidade. Solá-Morales (2001:106) destaca que “a boa cidade é aquela em que bons edifícios particulares têm valores sociais que os extrapolam”. No seu ponto de vista, esses elementos que se caracterizam por serem ou estarem em um domínio privado, passam a ser demasiadamente significativos quando absorvem usos públicos.

A importância do espaço público não está, certamente, em ser mais ou menos extenso, quantitativamente dominante ou protagonista simbólico, senão referir-se entre si os espaços privados fazendo também deles patrimônio coletivo. Dar caráter urbano, público, aos edifícios e lugares que sem isso seriam somente privados, esta é a função dos espaços públicos - urbanizar o privado, quer dizer convertê-lo em parte do público. (SOLÁ-MORALES, 2001:103)

Muller (2015) acrescenta que elementos que possibilitam que as pessoas atravessem as fronteiras entre o público e privado criam uma experiência oposta a da situação urbana fria, fixa e estática, onde as pessoas se sentem presas. “Este movimento cria interação, sentido, histórias e narrativas através das quais nos apegamos à cidade, às suas possibilidades e transformações.” (MULLER, 2015:71)

É imprescindível para uma boa cidade, a presença destes espaços de qualidade. Se eles não são projetados, se as fachadas não são ativas e os edifícios se fecham para a rua, surgem “zonas mortas” (MINTZ, 2015:83) ou “lugar morto” (JACOBS, 2000:113). E esses espaços mortos fazem com que as pessoas se desinteressem por caminhar perto deles, diminuindo a intensidade de trânsito naquele local.

Herman Hertzberger (1999) destaca que muito dos comportamentos dos moradores e cidadãos depende dos desenhos da rua, da calçada e das fachadas. Isso é que pode determinar a integração entre a vizinhança, por isso é necessário que haja um equilíbrio de funções. Além disso, esses elementos apresentam muitos outros benefícios para os meios urbanos e os cidadãos. Balsini (2014:75) expõe que o “espaço de transição” funciona como um local adequador ou dosador e opera como “ajuste na predisposição do usuário com o contato com o ambiente de característica distinta.” (BALSINI, 2014:75)

Para Christopher Alexander et al. (2013) quando a conexão entre o interior e o exterior é feita de maneira adequada, contribui para a formação de grupos, encorajando deslocamentos, permitindo que várias atividades surjam dentro ou em torno da zona de transição. Ele ainda complementa que, a experiência da entrada de uma edificação influencia a maneira como as pessoas se sentem dentro dela. Portanto, se uma transição é abrupta demais “não há a sensação de chegada e o interior da edificação não consegue ser um espaço sagrado e protegido.” (ALEXANDER et al., 2013:549)

Quando as pessoas estão na rua, elas adotam uma espécie de “comportamento de rua”. Quando entram em casa, elas naturalmente querem se livrar deste “comportamento de rua” e se adaptar completamente ao espírito íntimo apropriado a um lar. Contudo, parece provável que elas não conseguem fazê-lo se inexistir uma transição entre as duas esferas, a qual ajuda as pessoas a se livrar deste comportamento público. A transição deve efetivamente destruir o momento de introspecção, tensão e “distância” adequado ao comportamento da rua antes que as pessoas consigam relaxar completamente. (ALEXANDER et al., 2013:549)

Unwin (2013) ressalta que esses espaços intermediários que criam um local de passagem e conexão entre um espaço e outro podem ter desde benefícios práticos, como o controle de uma edificação, como também efeitos psicológicos, como o contraste entre o movimento externo da rua e o interior tranquilizante.

Para Gehl (2006), no seu livro *La humanización del espacio público*, se não existem espaços e atividades entre os edifícios, a escala de contatos e relações entre as pessoas também desaparece. Portanto, ele defende a ideia de que “la vida entre los edificios ofrece la oportunidad de estar con otros de un modo relajado y cómodo.” (GEHL, 2006:25) Gehl (2006) acrescenta que o desenho das fachadas ou superfícies contínuas oferecem possibilidades que influenciam na concentração de atividades e na intensidade de experiências para quem passar por esses elementos.

No artigo *A cidade ao nível dos olhos: estratégia do plinth*, Karssenverge e Laven (2015), assim como os diversos autores que fazem parte da coletânea de artigos do livro *A cidade ao nível dos olhos – lições para os plinths*, tratam destas fachadas as quais Gehl (2006) se refere, como o andar térreo de um prédio, ou seja, um “plinth”. Para os autores, esta é a parte crucial e de fundamental importância para se criar uma boa cidade ao nível dos olhos. Através de pesquisas, eles concluíram que se o local é “seguro, limpo, relaxado e fácil de compreender, [...] esses visitantes permanecerão três vezes mais tempo e gastarão mais dinheiro do que numa estrutura antipática e confusa”. (KARSSSENVERGE; LAVEN, 2015:14)

Além disso, segundo Gehl et al. (2015), as fachadas do andar térreo são lugares atraentes também para os cidadãos que não vivem nos prédios. “Bordas e zonas de transição entre os prédios e os espaços urbanos se tornam o espaço natural para uma ampla variedade de atividades potenciais que ligam funções interiores com a vida na rua” (GEHL et al., 2015:30), pois eles perceberam que as pessoas têm preferências por ficarem nas bordas dos espaços, onde a sua presença é mais discreta e onde elas dispõem de uma vista boa do espaço.

Ainda conforme Karssenverge e Laven (2015:16), “o andar térreo pode ocupar somente 10% de um prédio, mas ele determina 90% da contribuição do prédio à experiência do entorno”, é por isso que o andar térreo impacta claramente a vida pública. De acordo com os estudos realizados por Gehl et al. (2015:33) “o numero de paradas e outras atividades é sete vezes maior em frente de fachadas ativas, em comparação a fachadas passivas”.

Em contribuição aos dados das outras pesquisas, Van Der Ham e Ulden (2015:146) afirmam que “80% dos contatos informais entre residentes de um bairro correm nas zonas híbridas”, porque quando as pessoas estão presentes nesses locais a sensação de pertencimento se expande, fazendo com que elas se sintam mais seguras. Essa sensação de pertencimento ainda colabora para que elas se sintam responsáveis para com o espaço da zona híbrida e seu entorno. Além disso, quando existem elementos intermediários, mesmo que sejam plantas, bancos ou até mesmo níveis entre o público e o privado, onde são apropriados, servem como um amortecedor entre as duas esferas, criando privacidade, segurança e oferecendo algo agradável para as pessoas que passam olharem.

Jan Gehl (2013) defende firmemente os espaços de transição da cidade. Ele acredita que esses elementos de passagem contribuem para a experiência espacial e para a consciência do espaço individual como lugar. “Assim como as paredes de uma casa protegem as atividades e transmitem uma sensação de bem-estar, os espaços de transição da cidade oferecem um sentido de organização, conforto e segurança.” (GEHL, 2013:75) Para ele, esses elementos e espaços de transição ao longo dos andares térreos oferecem oportunidades para sentar ou simplesmente permanecer. Nesses locais as pessoas podem proteger suas costas e têm uma visão de tudo o que acontece no entorno.

Em áreas públicas, as pessoas procuram pontos bem localizados junto a esses limites, para esperar seja o que for. Esses espaços constituem também uma escolha cuidadosa para permanências mais longas em bancos ou cafés de calçada. Nossas costas ficam protegidas e temos uma bela visão geral. Quando existem toldos ou guarda-sóis, além da visão geral, fica-se à sombra protegido. Obviamente, é um ótimo lugar para se ficar. (GEHL, 2013:76)

Ao longo dos anos, muitos estudos sobre o impacto da qualidade do espaço de transição sobre a vida da cidade apontam para uma conexão direta entre transições suaves e cidades vivas. Conforme uma pesquisa Gehl (2013:79) ressalta que “o numero médio de pessoas que passaram ou pararam em frente às fachadas ativas foi sete maior do que o nível de atividade em frente às passivas”. Além disso, as atividades realizadas por essas pessoas nesses locais não se tratavam apenas de consumo, pois diante destas fachadas ativas as pessoas paravam para amarrar sapatos, falar no celular, organizar sacolas e conversar com os outros cidadãos muito mais do que em fachadas fechadas e rígidas.

Em se tratando de zonas residenciais, os espaços de transição são de vital qualidade para a habitação e para a área do entorno. É a partir desta conexão que as atividades mudam-se para os recuos, estabelecendo contato com o espaço público. Gehl (2013) afirma que em todos os estudos realizados, o

nível de atividades nas ruas com esses espaços foi de duas a três vezes mais intenso do que em locais onde há uma transição rígida entre o interior e o exterior.

Newman (1996) diz que a estreita justaposição de cada unidade de habitação e sua entrada voltada para a rua contribui para a incorporação da calçada para a esfera de influência dos habitantes da habitação. Quando esses espaços se configuram nos recuos dos lotes, mesmo sendo um espaço privado, esses locais passam a ter um caráter semiprivado ou semipúblico. Devido à esta justaposição da rua para o gramado da frente privada de cada habitação, os moradores passam a se preocupar em garantir a sua segurança e agir para manter e controlar o acesso a esse espaço, não só de frente a suas casas, mas de todo o quarteirão.

Hans Karssenberg (2015) acrescenta que a qualidade dos espaços de transição é extremamente importante tanto para promover a equidade e inclusão social como para aprimorar a sustentabilidade ambiental. Ele acredita que regulamentos e instrumentos com o intuito de fortalecer a relação do andar térreo com a rua podem melhorar a interação entre os espaços privados, semiprivados, semipúblicos e públicos. Christopher Alexander et al. (2013) complementa que “se o espaço de transição fracassar, o espaço nunca se trará vivo.” (ALEXANDER et al., 2013:88)

4 ESTUDOS DE CASO

Dentre as tipologias que mais se destacam, referentes a espaços de transição, são as demonstradas por esquemas no item 3.1 deste artigo. Para melhor exemplificá-las, demonstram-se abaixo estudos de caso, retirados das referências bibliográficas, que apresentam essas tipologias. Percebe-se, nas imagens, a apropriação destes espaços pela população, ressaltando sua importância para o meio urbano.

4. 1 Fachadas alinhadas nos limites do lote



Figura 8 – Fachadas de lojas no centro de Roterdã

Fonte: KARSSENBERG et al., 2015



Figura 9 – Fachadas de lojas em Amsterdã e bares em Vancouver.

Fonte: KARSSENBERG et al., 2015

4.2 Fachadas e edifícios com reentrâncias



Figura 10 – Reentrâncias de edifícios em Amsterdã e na Austrália sendo utilizadas pelas pessoas

Fonte: KARSSENBERG et al., 2015 e GEHL, 2013.



Figura 11 – Nichos e aberturas nas fachadas na Espanha e em Portugal.

Fonte: GEHL, 2013.

4.3 Térreo sob pilotis

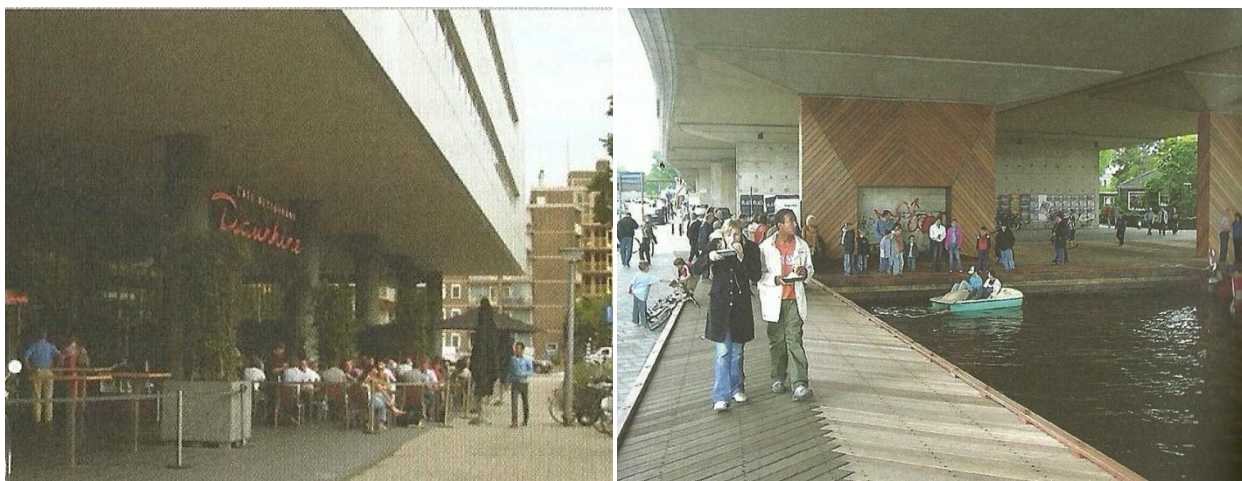


Figura 12 – Térreos ocupados pela população / Restaurante em Amsterdã e Holanda

Fonte: KARSSENBERG et al., 2015



Figura 13 – Andares térreos em Londres e na China.
Fonte: GEHL, 2013.

4.4 Recuos frontais

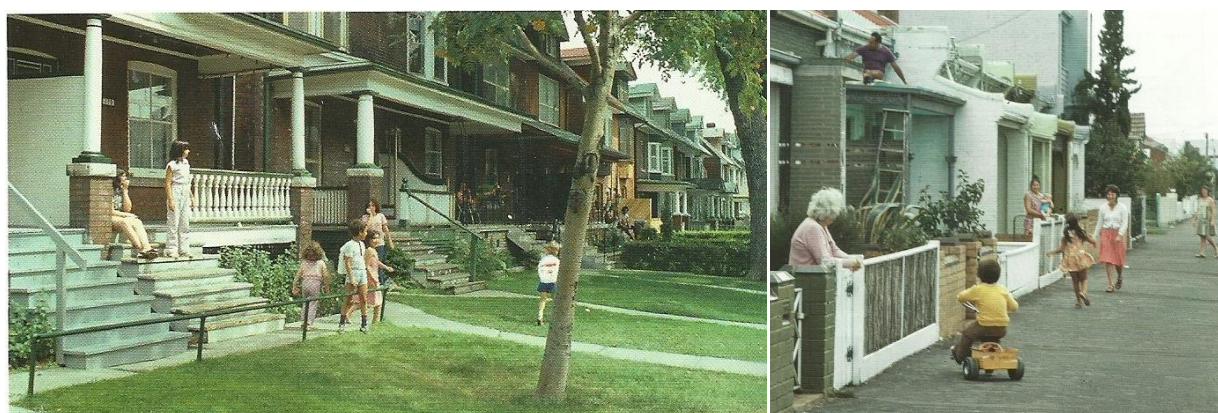


Figura 14 – Recuos residenciais em Toronto e em Melbourne
Fonte: GEHL, 2013.



Figura 15 – Espaços de transição entre a rua e as residências em bairros de Nova York e na Dinamarca.
Fonte: GEHL, 2013.

5 CONCLUSÃO

A preocupação de resolver de uma maneira melhor e mais eficaz a transição da parte interna do edifício para a rua e também de criar fachadas ativas e espaços abertos conectores, que parte do âmbito da arquitetura, e não somente e sempre do urbanismo, é de extrema importância para a criação de uma cidade mais igual e saudável. Esta pesquisa parte do princípio de que espaços intermediários entre a arquitetura e a cidade são importantes elos conectores que se tornam lugares privilegiados de convívio.

A partir destes estudos de caso e das contribuições de diversos autores, pode-se afirmar que quanto mais presente e convidativo um espaço de transição se demonstra, mais viva será a cidade. Percebe-se que quando esses espaços existem, as pessoas se apropriam e usufruem deles, dando mais vida às ruas e às cidades. Desta maneira, nenhum outro componente tem maior impacto na vida e na atratividade da cidade senão estes elementos ativos, abertos e vivos.

É válido destacar que, partindo desta ideia, cada um pode e deve melhorar a cidade em que vive, de maneira que existam artifícios e incentivos para esta intenção. Não se deve deixar na responsabilidade apenas do poder público de criar estes espaços coletivos, porém é de grande valia que as autoridades e planejadores, a partir de normas e planos diretores, impulsionem o projeto de edificações mais interligadas ao tecido urbano.

Além disso, iniciativas privadas de promover espaços de integração onde todos possam usar, faz com que a cidade se torne menos segregada e mais humana. Conforme Villaça é importante destacar “(...) a questão do enorme poder unificador social que o espaço urbano apresenta. [...] Quando se trata de defender a qualidade de vida dos seus bairros, todas as diferenças de facções de classe desaparecem e todos os diferentes se unem.” (2012:81)

Sendo assim, a pesquisa se torna relevante também no sentido de salientar aos arquitetos e estudantes de arquitetura que um projeto não deve ser pensado somente nos limites físicos do edifício, no seu programa de necessidades e objetivos principais. Ele deve ser contextualizado e relacionado com a cidade, de modo a aliar as funções principais privadas ou restritas do projeto/obra à criação e promoção de espaços coletivos abertos significativos de convivência que possam ser acessados por toda a população, podendo alavancar uma melhora nas regiões onde estão inseridos, valorizando o local, contribuindo para consolidar uma cidade mais participativa e inclusiva.

Diante do estudo, é importante destacar que nossas decisões projetuais são de fato significativas e influenciam as pessoas de forma muito clara e direta, suas sensações, seus comportamentos. Assim, pode-se afirmar cada vez com mais veemência que a arquitetura vai muito além da estética, da função e da forma e que ela, pode e deve contribuir para o surgimento de melhores espaços urbanos que sejam menos fragmentados e mais conexos com o tecido da cidade, elos entre a edificação e a rua.

BIBLIOGRAFIA

ABRAHÃO, Sérgio Luís. *Espaço público: do urbano ao político*. São Paulo: Annablume – Fapesp, 2008.

ALEXANDER, Christopher et al. *Uma linguagem de padrões: a parttern language*. Porto Alegre: Bookman, 2013.

AMARAL, Marina Barros do. *Limites e possibilidades: a relação edifício/cidade da Avenida Paulista*. 2008. 182f. Dissertação (Mestrado em arquitetura e Urbanismo) - Universidade de São Paulo, São Carlos, 2007.

ANDERSON, Stanford. *On Streets*. Cambridge: Massachusetts: MIT Press, 1990.

BALSINI, Andre Reis. *Espaços de transição: entre a arquitetura e a cidade*. 2014. 297f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2014.

BENTLEY, Ian et al. *Entornos Vitales: Hacia un Diseño Urbano y Arquitectónico más Humano: Manual Práctico*. Barcelona: Gustavo Gili, 1999.

BORJA, Jordi; MUXÍ, Zaida. *El espacio público: ciudad y ciudadanía*. Barcelona: Electa, 2003.

CAMPOS, Heleniza Ávila. *A conservação dos conjuntos históricos em áreas centrais urbanas a partir do uso de seus espaços públicos abertos: um recorte no centro expandido da cidade de Recife*. 1995. Dissertação (Mestrado em desenvolvimento urbano) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1995.

CHERMAYEFF, Serge; ALEXANDER, Christopher. *Community and privacy: towards a new architecture of humanism*. Nova York: Anchor Books, 1965.

CLOS, Jean. Prólogo. In KARSSSENBERG, Hans et al. *A cidade ao nível dos olhos: lições para os plinths*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015, p. 8-9.

FRUGOLI JR., Heitor. *Espaços públicos e interação social*. São Paulo: Marco Zero, 1995.

GEHL, Ian et al. Encontros imediatos com prédios. In KARSSSENBERG, Hans et al. *A cidade ao nível dos olhos: lições para os plinths*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015, p. 29-35.

GEHL, Jan. *Cidades para pessoas*. 2ª Ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.

GEHL, Jan. *La Humanización Del Espacio Público – La vida social entre los edificios*. Barcelona: Editorial Reverté, 2006.

GOMES, Paulo C. C. *A condição Urbana – ensaios de geopolítica da cidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

HERTZBERGER, Herman. *Lições de Arquitetura*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

HOLSTON, James. *A cidade modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

JACOBS, Jane. *Morte e vida das grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

LYNCH, Kevin. *A imagem da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1980.

KARSSSENBERG, Hans et al. *A cidade ao nível dos olhos: lições para os plinths*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015, p. 14-25.

KARSSSENBERG, Hans; LAVEN, Jeoren. A cidade o nível dos olhos: estratégia do plinth. In KARSSSENBERG, Hans et al. *A cidade ao nível dos olhos: lições para os plinths*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015, p. 14-25.

MADANIPOUR, Ali. *Design of Urban Space: an Inquiry into a Socio-Spatial Process*. Londres: John Wiley & Sons, 1996.

MINTZ, Norman. Pela força de 10. In KARSSSENBERG, Hans et al. *A cidade ao nível dos olhos: lições para os plinths*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015, p. 81-85.

MULLER, Thaddeus. Os plinths da cidade calorosa. In KARSSSENBERG, Hans et al. *A cidade ao nível dos olhos: lições para os plinths*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015, p. 68-71.

NEWMAN, Oscar. *Creating defensible spaces*. Washington, DC: U.S. Department of Housing and Urban Development, 1996.

ROSSI, Aldo. *A arquitetura da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4ª Ed. São Paulo: EDUSP, 2006.

SENNETT, Richard. *O declínio do homem público*. São Paulo: Companhia Das Letras, 1974.

SOLÁ-MORALES, Manuel de. Espaços públicos e espaços coletivos. In: *Os centros das metrópoles: Reflexões e propostas para a cidade democrática do século XXI*. São Paulo: Ed. Terceiro Nome, Viva o Centro, Imprensa Oficial do Estado, 2001. p. 101-108.

UNWIN, Simon. *A análise da arquitetura*. 3ª Ed. Porto Alegre: Bookman, 2013.

VAN DER HAM, Sander; ULDEN, Eric Van. Zonas híbridas tornam as ruas pessoais. In KARSSSENBERG, Hans et al. *A cidade ao nível dos olhos: lições para os plinths*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015, p. 144-149.

VAN DER WERF, Jouke et. al. História da cidade, rua e andar térreo. In KARSSSENBERG, Hans et al. *A cidade ao nível dos olhos: lições para os plinths*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015, p. 36-47.

VILLAÇA, Flávio. *Reflexões sobre as cidades brasileiras*. São Paulo: Studio Nobel, 2012.

YÁZIGI, Eduardo. *O mundo das calçadas: por uma política de espaços públicos*. São Paulo: Humanitas, 2000.

ZEVI, Bruno. *Saber ver arquitetura*. 5ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.